

## *A Heráldica do Exército Português*



Mestre Paulo Morais-Alexandre\*

### *Preâmbulo*

O que ora se deixa registado mais não pretende ser que um ponto de partida para um trabalho de fundo muito mais complexo que nos propusemos empreender: a elaboração de uma dissertação de doutoramento, a apresentar à Universidade de Coimbra, onde se estuda exaustivamente a Heráldica do Exército em Portugal, desde a implantação da República e ao longo de todo o século XX; mas é sobretudo uma homenagem que se considera devida pelo trabalho relevante que vem sendo feito e que, contribuindo para a dignificação da imagem do Exército, resulta sem dúvida numa mais valia de grande prestígio para esta instituição.

### *Introdução*

Embora se possa considerar que a Heráldica Militar seja coeva do desenvolvimento da ciência heróica na época medieval, com hostes a juntarem-se sob o pendão do senhor, da Ordem ou do concelho<sup>1</sup>, o ponto de partida para

\* Professor da Escola Superior de Teatro e Cinema. Mestre em História da Arte com dissertação de mestrado em Heráldica. Doutorando em Letras pela Universidade de Coimbra, com dissertação subordinada à epígrafe *A Heráldica do Exército na República Portuguesa no século XX*.

<sup>1</sup> "... da mesma forma como os cavaleiros das Ordens seguiam a bandeira de seu Mestre, ou os membros de uma hoste senhorial cerravam fileiras em redor do pendão do seu senhor (a expressão *senhor de pendão e caldeira* significa, precisamente, a capacidade de reunir e sustentar uma força armada), assim as tropas concelhias se acolhiam sob um pedaço de pano que simbolizava o município. Imaginemos, então, um exército medieval pronto para o com-

uma Heráldica do Exército hodierna deriva da publicação das *Normas Heráldicas do Exército e Regulamento da Simbologia do Exército*<sup>2</sup>, redigido quando aquele ramo das Forças Armadas era dirigido pelo General Câmara Pina, aliás por sua intervenção directa. Neste projecto terão participado heraldistas como Franz Paul de Almeida Langhans, João Paulo Abreu Lima e o então Major José de Campos e Sousa que teria coordenado o processo.

O papel de Campos e Sousa na chefia do Gabinete seria muitíssimo significativo lançando os alicerces para todo o trabalho futuro do Gabinete, nomeadamente na estruturação e organização do próprio e na ordenação das primeiras armas com fundamento no recém-aprovado Regulamento.

O capitão Paiva Couceiro dirigiu pouco tempo o Gabinete, embora o seu trabalho não seja despreciando, tendo sob a sua vigência sido criadas novas armas para treze organismos e estudados os distintivos para as altas patentes do Exército, sendo o autor das armas da Força Aérea e da Região Autónoma dos Açores.

De registar que foi ele próprio também iluminador, num estilo heráldico muito próprio e facilmente reconhecível.

A actuação do coronel de cavalaria Jorge Guerreiro Vicente (Sócio Efectivo da Revista Militar) na chefia do Gabinete seria extremamente importante, nomeadamente na produção de mais de uma centena e meia de armas, pela actualização do regulamento de heráldica do Exército e pelo lançamento das bases para a produção de emblemática por este ramo das Forças Armadas. O seu dinamismo levou-o a produzir ainda um muito significativo número de brasões para a Polícia de Segurança Pública, Guarda-fiscal e Guarda Nacional Republicana. É de destacar a inovação que conferiu a todas as armas que ordenou.

No terceiro ano da década de noventa a chefia do Gabinete de Heráldica do Exército passou a ser assegurada pelo tenente-coronel Pedroso da Silva. Este oficial adquiriu conhecimentos na área da Armaria finalizando os cursos de Heráldica do Instituto Português de Heráldica e do Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, entre outras acções de formação nesta esfera do Saber, tendo estagiado com o coronel Guerreiro Vicente no Gabinete entre 1990 e 1992.

bate, com suas variadas bandeiras, pendões, estandartes, guiões e flâmulas desfraldados, num espectáculo vivo e colorido!<sup>b</sup>  
SEIXAS, Miguel Metelo de, "As Armas da Vila de Almeida – Seu Significado Histórico" in *Beira Alta*, Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 2001, 3º e 4º trims., vol. LXI, fascs. 3 e 4, pp. 489-490.

2 Ministério do Exército: "Portaria nº 24107 de 1969, Junho, 3 – Normas de Heráldica do Exército e Regulamento da Simbologia do Exército" in *Diário do Governo*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1969, 1ª série, nº 131, pp.613-631.

De registar que as suas pesquisas em outras áreas, nomeadamente a Malacologia permitiram a importação para a ciência heróica de metodologias, nomeadamente ao nível da sistematização visível no ordenamento das armas dos organismos aerotransportados ou dos timbres dos órgãos superiores do Exército.

Deve ser ainda feita uma referência profundamente legítima:

O trabalho desenvolvido pelo Gabinete é também devido aos iluminadores que passaram por aí e que tornaram plasticamente visíveis as ordenações que ao longo dos anos foram sendo produzidas.

De entre estes destaque-se, logo na fundação do Gabinete o mestre João Paulo Abreu Lima, responsável pelos desenhos que acompanhavam a portaria nº 24107 – "Normas de Heráldica do Exército e Regulamento da Simbologia do Exército" datada de 1969, Junho, 3 e que determinava as formas do escudo, elmo, paquife e virol, que ainda na actualidade se mantêm em vigor<sup>3</sup>. O desenhador António José Moita Galvão, que cumpriu o serviço militar no Gabinete e continuou posteriormente a colaborar com o mesmo. A sua obra está representada no *Armorial do Exército* por treze iluminuras<sup>4</sup>.

Por fim e na actualidade este trabalho está assegurado pelo mestre José Sesifredo Estevéns Colaço, iluminador de extraordinário mérito que apenas tem paralelo, no panorama heráldico português, em mestres como António Lima, José Ricardo Silva, João Paulo Abreu Lima ou Eduardo Esperança, mas tal motivaria outro estudo, ficando desde já lavrada a justa homenagem a tão distinto colaborador do Gabinete de Heráldica, que conta com mais de duzentas iluminuras de armas das quais 158 foram publicadas no supracitado *Armorial do Exército*<sup>5</sup>.

## Seis armas para seis organismos

Das cerca de cinquenta armas produzidas ao longo dos últimos anos pelo Gabinete de Heráldica do Exército, citem-se apenas seis que se consideram exemplares de um trabalho muito mais vasto:

3 "Portaria nº 24107 de 1969, Junho, 3 – Normas de Heráldica do Exército e Regulamento da Simbologia do Exército" in *Diário do Governo*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1969, 1ª série, nº 131, pp. 613-631.

4 OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de, "Recensão Crítica do "Armorial do Exército Português"" in *Tabardo*, Lisboa, Centro Lusíada de Estudos Heráldicos e Genealógicos/Universidade Lusíada, 2002, p. 159.

5 É ainda deste autor o arranjo gráfico de mais vinte escudos de armas. Idem, ibidem, p. 159.

### Armas do Depósito Geral do Material de Intendência

A forma como as armas são criadas ou modificadas mostra o cuidado e sobretudo o grande respeito que o Gabinete de Heráldica do Exército tem pelos diversos organismos, sempre com a preocupação de que o brasão de armas atribuído retrate a missão a desempenhar, mas respeitando também o património histórico-genealógico do órgão. A criação de armas novas para o Depósito Geral do Material de Intendência, na sequência da reorganização daquela área, é um exemplo.

Assim, conquanto não houvesse mudança de nome no organismo e este mantivesse a função (as subsistências), integrou outras estruturas como o Depósito Geral de Fardamento e Calçado e o Depósito Geral de Material de Aquartelamento, ou seja alargou em muito a natureza dos materiais à sua guarda e sobretudo alterou a sua localização geográfica. Desta forma, a manutenção das armas iria de alguma maneira transmitir a ideia que dois organismos haviam sido absorvidos por um outro mais importante, quando efectivamente se estava perante um novo organismo resultante da fusão de três outros, embora se mantivesse uma designação previamente existente.

Assim as armas propostas pelo Gabinete em 30 de Novembro de 1992<sup>6</sup> e que foram publicadas no Armorial do Exército eram:

- Escudo de vermelho uma aspa bretessada de prata; brocante uma cruz de cadeias reunidas no centro por um cadeado quádruplo, tudo de ouro;
- Elmo militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de vermelho e de prata;
- Timbre: um espigueiro de ouro, coberto e iluminado de vermelho;
- Divisa: num listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir “EM MEU REINO SEREIS AGASALHADOS”.<sup>7</sup>

A aspa bretessada do anterior organismo aludia à pretérita sedeação da Depósito Geral do Material de Intendência na localidade do Entroncamento, onde se podia inclusivamente encontrar a referência aos caminhos-de-ferro aí existentes.

A estas sucediam outras com a seguinte leitura:

6 VICENTE, Cor. Jorge Alberto Guerreiro, “Armas do Depósito Geral de Material de Intendência”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 629, processo 266.05, 1992, Dezembro, 2.

7 AA. VV., *Armorial do Exército Português*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1996, p. 536.

- Escudo partido de azul e de prata, três roques de um para o outro;
- Elmo militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de azul e de prata;
- Timbre: um falcão de prata, segurando na garra dextra uma chave do mesmo, em banda apoiada no virol;
- Divisa: num listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir “NÃO MENOS É TRABALHO ILVSTRE E DVRO”.<sup>8</sup> (Fig. 1)



Figura 1 – Depósito Geral de Material de Intendência

O simbolismo destas armas é particularmente rico e adequa-se plenamente à função do novo organismo:

- A distribuição do campo pelos esmaltes AZUL e PRATA lembra as quinas das Armas Nacionais.
- A partição do escudo põe em evidência a dupla qualidade do trabalho levado a cabo pelo Depósito Geral de Material de Intendência expressa na divisa.
- Os ROQUES, representações estilizadas de todas as peças de xadrez, remetem para esse jogo milenar no qual se reproduz o mais profundo

8 Chefe do Estado-Maior do Exército, “Despacho nº 274/CEME/97 de 1997, Setembro, 23” in *Ordem do Exército*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1997, 1ª série, nº 11/97, p. 410.

pensamento estratégico, tanto na sua vertente tática como logística. Representam, por isso, a inteligência e o rigor na distribuição e utilização dos meios disponíveis. Na sua qualidade de peça genérica, o roque simboliza a capacidade de apoio onde se torne necessária. São em número de três em alusão aos três órgãos que formaram o actual Depósito Geral de Material de Intendência: o Depósito Geral de Fardamento e Calçado, com origem no Armazém Geral de Fardamentos criado em 1764 no âmbito da reorganização do Exército realizada pelo Conde de Lippe; o Depósito Geral de Material de Aquartelamento criado em 1911; e o Depósito Geral do Material de Intendência com origem no Depósito Geral de Subsistências criado em 1926.

- O FALCÃO, segurando a CHAVE simboliza a vigilância que o Depósito Geral do Material de Intendência exerce sobre os materiais à sua guarda.
- A DIVISA "NÃO MENOS É TRABALHO ILVSTRE E DVRO", LUS. II - 112, alude ao legítimo orgulho no trabalho desempenhado pelo Depósito Geral do Material de Intendência, que assegura às unidades por ele apoiadas os abastecimentos necessários para viverem e combaterem em caso de necessidade.<sup>9</sup>

### Armas do Depósito Geral de Material do Exército

Na actualidade o Depósito Geral do Material de Intendência está a ser integrado numa nova estrutura, o Depósito Geral de Material do Exército, o que motivou um pedido ao Gabinete de Heráldica do Exército de ordenamento das armas deste novo organismo.

Assim as armas ficaram compostas da seguinte forma:

- Escudo de prata, uma aspa de vermelho carregada de cinco cadeados de ouro;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada e fivelada de ouro;
- Paquife e virol de prata e de vermelho;
- Timbre: um flamingo de prata;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir "A GLÓRIA POR TRABALHOS ALCANÇADA".<sup>10</sup> (Fig. 2)

<sup>9</sup> Idem, ibidem, pp. 410-411.

<sup>10</sup> SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso, "Armas do Depósito Geral de Material do Exército", Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 793, processo 266.09 de 2002, Maio, 6, s. p..

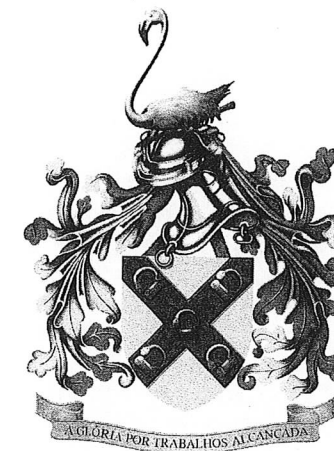


Figura 2 – Depósito Geral de Material do Exército

A ordenação proposta pressupõe antes de mais uma ligação das armas à implantação geográfica do organismo. Assim o metal prata, o esmalte do campo do escudo, está relacionado com o estuário do rio Tejo que lhe fica fronteiro, sendo aliás o timbre também uma referência à localização do Depósito, já que o flamingo é uma espécie ornitológica local<sup>11</sup>.

Conforme se pode verificar no artigo "Algumas alusões a Lisboa e ao Tejo na Heráldica Castrense"<sup>12</sup> que foi escrito aquando da investigação para o brasão de armas em apreço, o flamingo já havia sido utilizado, num emblema do Regimento de Artilharia nº 6 dos finais da década de cinquenta do século passado<sup>13</sup>. Não conheceu qualquer aprovação oficial, embora fosse usado para timbrar o papel do Regimento.

Estas armas têm também uma referência à Heráldica familiar, pois a aspa alude a "... Luís António de Melo, duque de Cadaval, que, por Decreto Real de D. Pedro II, em 1699, mandou comprar a quinta de Beírolas, para nela se edificarem os Armazéns da Pólvora, reminiscência mais antiga do actual Depósito Geral de Material do Exército"<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, s.p..

<sup>12</sup> Idem, "Algumas Alusões a Lisboa e ao Tejo na Heráldica Castrense" in *Dispersos 2000/2001*, Lisboa, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos/Universidade Lusíada, 2003.

<sup>13</sup> Idem, ibidem, s.p..

<sup>14</sup> Idem, "Armas do Depósito Geral de Material do Exército", Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 793, processo 266.09 de 2002, Maio, 6, s. p..

Aqui optou-se por estabelecer apenas uma alusão e não pela apropriação pelo Exército de armas familiares, já que o escudo de armas usado pelos Duques de Cadaval é:

De prata, com uma aspa de vermelho, carregada de cinco escudetes das armas de Portugal (antigo) alternados por quatro cruzes de prata florenciadas e vazias<sup>15</sup>.

Por último, importa referir que as armas comportam, através dos cadeados de ouro, uma alusão aos cinco depósitos existentes aquando da constituição deste: Depósito Geral de Material de Guerra, Depósito Geral de Material de Transmissões, Depósito Geral de Material de Engenharia, Depósito Geral de Material Sanitário e o Depósito Geral de Material de Intendência.

### Armas da Brigada Aerotransportada Independente

Um dos problemas mais recorrentemente colocados ao Gabinete, prende-se com a extinção de organismos ou a sua transformação e sobretudo a herança do seu património histórico-genealógico, o que implica necessariamente a revisão das armas que lhes foram conferidas.

Um exemplo será a extinção do Regimento dos Comandos e a sua integração na Brigada Aerotransportada Independente.

Assim a reunião implicaria a atribuição de novas armas, já que a utilização de armas preexistentes, quer fosse de origem "Comando", quer de origem "Pára", traria sem dúvida uma sensação de perda naqueles que vissem desaparecer as armas do organismo do qual eram oriundos.

As armas propostas foram:

- Escudo de ouro, um círculo canelado de vermelho carregado de um Grifo segurando na garra dianteira dextra uma adaga, tudo do primeiro;
- Elmo militar de prata forrado de vermelho a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquífe e virol de ouro e de vermelho;
- Timbre: o Grifo do escudo;
- [Divisa:] Num listel de branco ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir "GENTE OVSADA MAIS QVE QVANTAS".<sup>16</sup>

15 Cf. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, vol. II, p.463.  
16 SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, "Armas da Brigada Aerotransportada Independente", Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 20-RHM/94, processo 250.18 de 1994, Dezembro, 13, s. p..

Procurava-se pois uma solução de compromisso. De acordo com um princípio de equilíbrio, optou-se pelas alusões aos dois tipos de tropas que compõem a Brigada Aerotransportada Independente, assim um animal híbrido, o grifo, que estabelece a ligação entre a mobilidade terrestre (parte Leão) e a capacidade de voar (parte Águia), segurando a adaga, o antigo móvel do escudo dos Comandos e o círculo canelado simbolizando o pára-quedas aberto.

Curiosamente e conforme se pode verificar nas informações do processo, ainda se pensou na possibilidade que a divisa dos comandos "A SORTE PROTEGE OS AVDAZES"<sup>17</sup> se mantivesse transplantada para a força então criada, mas, a ser tal divisa adoptada por um corpo de tropas aerotransportadas, ficaria afastada a hipótese de ser a mesma recuperada em futura remodelação do Exército que restaurasse uma unidade de Comandos, o que, aliás veio a acontecer recentemente. As armas que seriam posteriormente aprovadas a partir da informação nº 2/RHM95 de 1995, Janeiro 11, dimanada do Gabinete, acabariam por ter a divisa "SE FIZERAM POR ARMAS TÃO SVBIDOS", com origem no canto primeiro d'*Os Lusíadas*, enquanto que o escudo passava a ser de prata, ficando assim ordenado:

«Escudo de prata, um círculo canelado de vermelho carregado de um Grifo segurando na garra dianteira dextra uma adaga, tudo do primeiro...»<sup>18</sup> (Fig. 3)



Figura 3 – Brigada Aerotransportada Independente

17 Idem, ibidem, s.p.

18 SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, "Armas da Brigada Aerotransportada Independente", Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 2-RHM/95, processo 250.18 de 1995, Janeiro, 11, s. p..

### Armas da Escola Superior Politécnica do Exército

No sentido de diversificar tanto quanto possível as armas dos diferentes organismos e nunca perdendo de vista a visibilidade das mesmas, propôs o Gabinete para o brasão de armas da Escola Superior Politécnica do Exército:

- «— Escudo de azul, uma folha de figueira de ouro, acompanhada em chefe de duas lucernas do mesmo, a da sinistra voltada;
- Elmo militar de prata forrado de vermelho a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de azul e de ouro;
- Timbre: um mocho de ouro carregado de um trevo de vermelho;
- Divisa: num listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir "HONESTO ESTVDO COM LONGA EXPERIÊNCIA MISTVRADO".<sup>19</sup> (Fig. 4)



Figura 4 – Escola Superior Politécnica do Exército

1090

<sup>19</sup> Idem, "Armas da Escola Superior Politécnica do Exército", Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 685, processo 263.10 de 1996, Fevereiro, 7, s. p..

A opção escolhida levantou no entanto algumas dúvidas às chefias, pelo que a proposta do diploma foi devolvida para justificar ou em alternativa para alterar<sup>20</sup>.

A justificação remetida é exemplar sobre o modo de operar, mas também sobre os patamares de exigência em vigor, sendo a colaboração prestada pelo organismo responsável pela Heráldica do Exército disciplinada, mas não subserviente, sobretudo se os resultados redundam em prestígio para este ramo das Forças Armadas.

Assim são elencados os argumentos que motivaram a escolha da folha da figueira para simbolizar «...trabalho, acção, experiência ou execução.» e que passavam pela rejeição de um animal, já que o timbre já tinha um. Um elemento vegetal, pelo contrário, seria o que melhor traduzia os atributos atrás mencionados. Perante esta hipótese, afastavam-se as espécies não endémicas em Portugal ou na região mediterrânica, privilegiando-se uma espécie robusta. Assim a escolha da figueira surgia naturalmente, sendo também registadas variadas menções culturais a esta espécie e que vão desde as referências bíblicas, citando-se o Evangelho segundo São João, mas também Sidharta Gautama, ou Rómulo e Remo, que teriam nascido debaixo desta árvore.

Aduzidas as explicações relativas à escolha da espécie justifica-se a motivação da opção por uma folha, sendo citados outros exemplos importantes nomeadamente as armas nacionais do Canadá, com uma folha do plátano, ou as folhas de carvalho que nas golas dos uniformes portugueses identificam a categoria de oficial-general<sup>21</sup>.

Perante o estudo produzido é digno de registo o posterior despacho que promulgava as novas armas, só possível por uma chefia esclarecida e não dogmática:

<sup>20</sup> Conforme parecer do Ajudante-General:

«...Pessoalmente julgo que deveria ou poderia ser encontrado outro símbolo diferente da "folha de figueira".

[...]

Em 27Fev96

[ass.] F. Oliveira [Júlio Faria Ribeiro de Oliveira]  
Gen.»

Que mereceu o seguinte despacho do Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército:

«Concordo com o Parecer do Gen AGE. Procure-se outra "simbologia" para alternativa à "folha da figueira"

27Fev96

[ass.] Espírito Santo Gen.»

SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso, "Armas da Escola Superior Politécnica do Exército",..., s. p..

<sup>21</sup> Idem, ibidem, s.p..

1091

«Aprovo, de acordo com o Parecer, e depois de ver este magnífico estudo, que revela profundidade e alto interesse

23Mai96

[ass.] Espírito Santo Gen.»<sup>22</sup>

### Armas do 2º Batalhão de Infantaria da Brigada Ligeira de Intervenção

Aquando da formação de uma força portuguesa a enviar para acompanhar o processo de independência de Timor, recebeu o Gabinete a incumbência de propor armas para o organismo então aprontado para esta missão, o 2º Batalhão de Infantaria da Brigada Ligeira de Intervenção.

As armas propostas foram:

- Escudo de vermelho um galo ardido de ouro;
- Elmo militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de vermelho e de ouro;
- Timbre: o galo do escudo segurando na garra dextra o escudete da Brigada Ligeira de Intervenção (de azul, a planta de uma fortaleza de prata), assente no virol;
- Divisa: num listel de prata ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir “QVE NAS ASAS DA FAMA SE SVSTENHA”.<sup>23</sup> (Fig. 5)

O galo espelhava a missão atribuída ao organismo, embora ficasse também registada a origem do batalhão no escudete com as armas da Brigada Ligeira de Intervenção. Fica também uma referência ao local onde o corpo fazia a sua primeira intervenção, o Território de Timor:

«O GALO, que em Timor Loro Sae é símbolo de luta leal e da amizade, alude à confiança com que o 2º Batalhão de Infantaria anunciará aos timorenses a alvorada da reconstrução nacional.»<sup>24</sup>

22 SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedrosa da, “Armas da Escola Superior Politécnica do Exército”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 688, processo 263.10 de 1996, Maio, 13, s. p.

23 Idem, “Armas do 2º Batalhão de Infantaria da Brigada Ligeira de Intervenção”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 766, processo 277.19 de 2000, Junho, 05, s. p..

24 Idem, *ibidem*, s.p..  
Refira-se que o significado simbólico do Galo foi colhido junto de um etnólogo timorense, o Padre Apolinário Guterres. Conforme Fax com a ref. 4039/277.19 constante do supracitado processo.



Figura 5 – 2.º Batalhão de Infantaria da Brigada Ligeira de Intervenção

Seria exactamente esta referência geográfica que mais problemas levantaria aquando da segunda missão do Batalhão, desta vez na Bósnia Herzegovina.

Considerando que as referências simbólicas ao teatro de operações em que a força tinha actuado, neste caso o galo, induziam a que se considerasse “transitoriedade na representação”, levou o comandante da Brigada o assunto ao General Ajudante-General do Exército, solicitando que fossem estudados “... novos modelos para utilização definitiva, independentemente dos Teatros onde as missões sejam cumpridas.”<sup>25</sup>

Nesse sentido foi remetido este documento à Direcção de Documentação e História Militar para parecer, mais se solicitando que se informasse sobre a metodologia seguida para as unidades da Brigada Mecanizada Independente e Brigada Aerotransportada Independente<sup>26</sup>.

O parecer elaborado por este organismo, datado de 2002, Maio, 16, explicava os mecanismos que tinham levado à escolha das armas anteriormente propostas e justificava a não alteração das armas em vigor, até porque se

25 AMARAL, Major-General António Luís Ferreira do, “Enquadramento Heráldico da BLI”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, processo 277.19., nota nº 11/CMD de 2002, Março, 6.

26 AGOSTINHO, Coronel António Noé Pereira, “Enquadramento Heráldico da BLI”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, processo 277.19., nota nº 339, Proc. 05. de 2002, Abril, 17.

realmente existia uma referência à primeira missão da unidade, o brasão de armas comportava outras alusões, a saber:

- 1) A cor do campo, o vermelho, “recorda a cor do castelo das armas da cidade de Viseu, indissociável do seu Regimento de Infantaria nº 14, unidade mobilizadora do 2º batalhão de Infantaria”.
- 2) O galo do escudo, em timbre, segura na garra dextra o escudete da Brigada Ligeira de Intervenção (de azul, a planta de uma fortaleza de prata), assente no virol”.

Trata-se de uma “referência a esta grande unidade operacional, responsável pela instrução e pelo aprontamento do 2º Batalhão de Infantaria”.<sup>27</sup>

Era ainda explicitado que uma das condições da Heráldica é exactamente a estabilidade das armas, sendo elencadas as razões pelas quais as armas poderiam ser alteradas: desvio genealógico, distinção ou degradação do possuidor e combinação das armas. Eram também enumerados os inconvenientes da alteração das mesmas: de ordem burocrática, económica, e sobretudo o grande risco que se corria, já que tal teria, sem dúvida, um efeito negativo “... sobre o espírito do corpo das diferentes unidades do Exército que deixam de encarar os seus próprios símbolos como elementos perenes da sua identidade”<sup>28</sup>, concluindo-se que não havia razão para proceder à alteração das armas em apreço.

Os argumentos aduzidos seriam aceites pela chefia mantendo-se o símbolo criado<sup>29</sup>.

### Armas da Inspeção Geral de Defesa Nacional

No que diz respeito às armas da Inspeção Geral de Defesa Nacional verifica-se como o saber multiversado da chefia do Gabinete permitiu uma escolha em tudo relacionada com a missão do organismo, mas não tão óbvia para os menos avisados.

Assim as armas atribuídas são:

27 SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, “Enquadramento Heráldico da Brigada Ligeira de Intervenção”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Parecer nº 794, processo 277.19 de 2002, Maio, 16, s. p..

28 Idem, ibidem, s.p..

29 Idem, ibidem, s.p..

Conforme despacho de SILVÉRIO, Tenente-general Jorge Manuel, datado de 2002, Maio, 23, manuscrito no processo.

- Escudo de azul, semeado de aneletes de ouro;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada e fivelada de ouro;
- Paquife e virol de azul e de ouro;
- Timbre: um Dragão de prata, linguado de vermelho, segurando na garra dextra um anelete do escudo;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir “ATTENTE ET PRÆVIDERE”.<sup>30</sup> (Fig. 6)

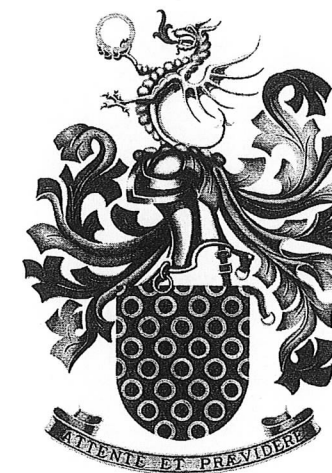


Figura 6 – Inspeção Geral da Defesa Nacional

Mas qual era a ligação de um escudo de azul semeado de aneletes de ouro ao organismo que procurava representar.

A argumentação do estudo, partia da constatação que o símbolo heráldico que se propunha procurava espelhar os atributos daquele órgão. Pela clareza o texto merece ser citado:

30 SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, “Armas da Inspeção-Geral da Defesa Nacional”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Estudo nº 785, processo 286.13 de 2001, Outubro, 22, s. p..

“...a vigilância, [atributo] simbolizado por Argo poderia dar ênfase ao grande número de olhos de que era portador, metade dos quais permitia a esta divindade grega estar sempre atenta.

O naturalista Carl von Linné descreveu para a Ciência em 1758, uma espécie pertencente ao grupo dos moluscos (*Phylum: Mollusca*) a que chamou *Cypraea argus*. Trata-se de um gastrópode cuja concha [...] apresenta um número indefinido daquilo que parecem ser pequenos olhos.

O padrão desta concha, que Linné associou aos muitos olhos de Argo, fez-nos pensar em ocupar integralmente o campo do escudo, espaço privilegiado de qualquer composição heráldica, com um “semeado de aneletes”.<sup>31</sup>

## A emblemática

O Gabinete de Heráldica do Exército ao longo da sua existência recebeu por várias vezes e em diferentes momentos a incumbência de criar distintivos para as especialidades<sup>32</sup>. Em toda a emblemática produzida pode-se encontrar uma preocupação principal que deriva de duas ordens de factores:

A – A atenção à “...função identificadora, diferenciadora, distintiva”

B – A criação de afinidades plásticas, a noção de “família”, para que “...visualmente se possam associar”.<sup>33</sup>

Não sendo a emblemática necessariamente Heráldica, foi entendida como para-heráldica e tal permitiu, à semelhança com o que acontecia na produção das Empresas na Idade Média e na Idade Moderna, uma certa liberdade que a estrita regra da ciência heróica não permite. No caso, que aqui se dá como

31 Idem, ibidem.

Deixe-se registado que o então Ministro da Defesa Dr Rui Pena deixou assinalada, por escrito, num cartão pessoal que ficou apenso ao processo, a reacção que as armas propostas lhe motivaram: «Encantado».

32 Foi ainda requerida por várias vezes a criação de insígnias de prémios, bem como de condecorações, solicitação à qual o Gabinete correspondeu produzindo vários projectos, que foram aprovados e se encontram em vigor, como as insígnias da Medalha Comemorativa das Missões de Apoio à Paz e Humanitárias.

Conforme SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, “Medalha Comemorativa das Missões de Apoio à Paz e Humanitárias”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Informação nº 733, processo 290.07 de 1998, Dezembro, 10.

33 Idem, “Distintivo do Curso de Qualificação de Calor”, Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Estudo nº 803, processo 285.36 de 2002, Novembro, 15, s. p..

exemplo de uma muito mais vasta produção, a flexibilidade foi aproveitada na forma dos suportes dos símbolos – o triângulo.

Ao contrário do que sucede na organização de certas Empresas, em toda a emblemática criada pelo Gabinete de Heráldica do Exército jamais se transigiu na lei da luz que não permite juntar cor com cor ou metal com metal. Efectivamente em algumas das empresas esta lei não era seguida, como por exemplo na que simbolizava o rei Dom João I, onde as cores usadas eram o azul e o vermelho, ou na empresa de seu filho Dom Pedro, duque de Coimbra, a púrpura e azul, enquanto que na do filho bastardo de Dom João II, Dom Jorge, Duque de Coimbra e Mestre das Ordens de Santiago e Avis as cores da sua empresa são o branco e o cinzento, sendo que esta última não é sequer esmalte heráldico<sup>34</sup>.

Exemplar do cuidado e do empenho colocados ao projectar este tipo de símbolos é a feitura dos cinco distintivos destinados a identificar os cursos do Serviço de Material. Para a composição destes partiu-se de uma base comum – o triângulo equilátero rodeado de dez folhas de estramónio, com simbolismo partilhado<sup>35</sup>, sendo depois estabelecida a caracterização específica de cada curso. Aqui, ao invés de se optar por uma simbologia animal, que se chegou a equacionar<sup>36</sup>, preferiu-se optar por uma geometrização, ganhando os distintivos em visibilidade e não perdendo em carga simbólica.

O distintivo para o curso de Qualificação de Calor é assim grafado:

34 AVELAR, Henrique e FERROS, Luís, “As empresas dos Príncipes da Casa de Avis” in AA. VV., *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento* – Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Casa dos Bicos, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, pp. 228-229.

35 – O TRIÂNGULO, como primeira das figuras geométricas, é aquela que exige na sua construção um menor número de lados, apenas três, aludindo por isso, à simplicidade e à economia de meios, atributos a que o Serviço de Material dá enorme importância. Quando EQUILÁTERO, o triângulo simboliza a harmonia, a estabilidade e o equilíbrio [...]. – As folhas de ESTRAMÓNIO (*Datura stramonium*) simbolizam a capacidade inventiva tão importante ao técnico, mesmo quando utiliza tecnologias avançadas.

SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, “Distintivo do Curso de Qualificação de Calor”, ..., s. p..

36 ...optou-se pela utilização de figuras geométricas em detrimento, por exemplo, de elementos de simbologia animal, como a salamandra para o Curso de Qualificação de Calor, o búfalo para o Curso de Destruição de Munições, o urso polar para o Curso de Qualificação de Frio, o cuco-corredor (*Geococcyx californianus*) para o Curso de Manutenção de Misseis ou o morcego para o Curso de Qualificação de Radares. Tais elementos não permitiriam a mesma legibilidade das figuras geométricas.

SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, “Distintivo do Curso de Qualificação de Calor”, ..., s. p..

«Triângulo equilátero de vermelho com cinco palas onduladas de ouro...»<sup>37</sup> (Fig. 7)

O triângulo associa-se ao fogo já que tem a forma de uma pira<sup>38</sup>, enquanto que as palas onduladas são uma alusão às correntes convectivas visíveis neste tipo de transmissão de energia térmica, sendo a associação visual reforçada pelos esmaltes usados: o vermelho e o ouro; num trabalho plástico de abstracção geometrizada da realidade dos sentidos, neste caso da vista.

O distintivo proposto para o curso de Destruição de Munições descreve-se como:

«Triângulo equilátero de ouro com três pelouros retalhados de negro...»<sup>39</sup> (Fig. 7)

A alusão à formação, onde são estudadas as operações necessárias para se tornar inertes as munições dos diversos tipos, é feita através dos três pelouros retalhados, simbolizando granadas antigas fragmentadas.

Quanto ao curso de Qualificação de Frio o distintivo proposto tem a seguinte leitura:

«Triângulo equilátero de azul com um cristal de neve de prata...»<sup>40</sup> (Fig. 7)

Neste caso o cristal de neve permite a imediata associação à especialidade, já que remete à mais simples das operações de refrigeração, a mudança de estado da água, o que é exponenciado pela eleição cromática, o azul – água no estado líquido e a prata – água no estado sólido.

O distintivo do curso de Manutenção de Mísseis que o Gabinete produziu é registado como:

«Triângulo equilátero de azul com uma ponta ondulada de prata...»<sup>41</sup> (Fig. 7)

37 Idem, ibidem, s.p..

38 «...o triângulo é [...] desde Pitágoras, o símbolo do fogo, elemento essencial às actividades ligadas à manufactura de utensílios e ferramentas através da transformação do ferro.» SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, «Distintivo do Curso de Qualificação de Calor», ..., s. p..

39 SILVA, Tenente-coronel José Manuel Pedroso da, «Distintivo do Curso de Destruição de Munições», Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Estudo nº 804, processo 285.36 de 2002, Novembro, 15, s. p..

40 Idem, Distintivo do Curso de Qualificação de Frio», Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Estudo nº 805, processo 285.36 de 2002, Novembro, 15, s. p..

41 Idem, Distintivo do Curso de Manutenção de Mísseis», Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Estudo nº 806, processo 285.36 de 2002, Novembro, 15, s. p..

Aqui, à semelhança do que acontecera para o distintivo do curso de Qualificação de Calor, há uma alusão ao rasto que o míssil traça ao cruzar o ar, o que é complementado pela eleição cromática do azul alusivo ao céu e da prata/branco alusiva à esteira deixada pelo míssil.

O último distintivo proposto para as especializações do Serviço de Material destina-se ao curso de Manutenção de Radares, tendo ficado ordenado da seguinte forma:

«Triângulo equilátero de negro com três bandas de prata...»<sup>42</sup> (Fig. 7)

Uma vez mais simboliza-se geometricamente, de forma extremamente depurada, mas que permite uma imediata associação de ideias, ao funcionamento de um radar, representando as bandas «... a propagação das ondas electromagnéticas emanadas pela fonte de energia e a sua posterior reflexão, após o encontro com o alvo»<sup>43</sup>.

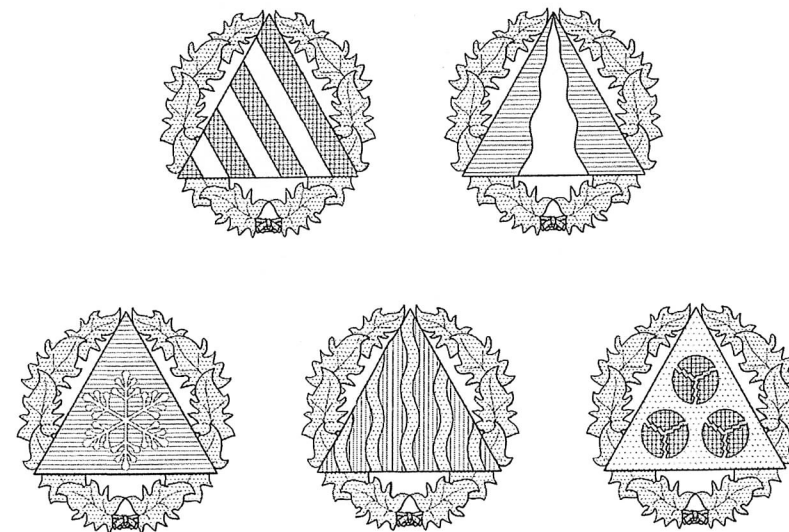


Figura 7 – Distintivos dos Cursos do Serviço de Material

42 Idem, Distintivo do Curso de Manutenção de Radares», Lisboa, Arquivo do Gabinete de Heráldica do Exército, Estudo nº 807, processo 285.36 de 2002, Novembro, 15, s. p..

43 Idem, ibidem, s.p..

Uma vez mais o desenho é tornado ainda mais significativo pela escolha do esmalte negro, a ausência de luz, que simboliza a falta de visibilidade que o radar permite ultrapassar.

### *A ligação ao exterior*

Um dos pontos que o Gabinete não descurou nos últimos anos, foi a abertura ao exterior, que se manifestou na divulgação do trabalho realizado, através de conferências, nomeadamente no mestrado em História da Arte na Universidade Lusíada, no Instituto Português de Heráldica, na Academia Lusitana de Heráldica, no Museu do Mar em Cascais, mas também através da publicação de artigos da autoria do seu director, relativos à Heráldica, dos quais se destaca um sobre a evolução das armas dos diversos organismos sedeados na Cidadela da Vila de Cascais, publicado pela Academia de Letras e Artes<sup>44</sup>.

O Gabinete criou armas para os outros ramos das Forças Armadas, para as Forças de Segurança, sendo de destacar a emblemática produzida para a Guarda Nacional Republicana, para associações como a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e até colaborando com o poder municipal, através da criação de armas para a freguesia da Verderena.

### *Projectos em curso*

No presente importa referir a participação activa do Gabinete na comissão para a revisão da legislação relativa aos uniformes do Exército, numa ligação que há muito urgia fazer. Assim graças à presença de um especialista em Heráldica, o futuro regulamento de Uniformes do Exército Português apresenta um diploma legal relativo à utilização de escudos de armas ou outros elementos de emblemática na indumentária, que assim e pela primeira vez de forma sistemática, ficará regulamentada, impedindo-se as más interpretações na actualidade possíveis devido a uma legislação dispersa e por vezes até contraditória.

<sup>44</sup> Idem, "A Heráldica das Unidades Militares Sedeadas na Cidadela" in AA. VV., Símbolos, Gerações e História, Cascais, Academia de Letras e Artes, 2002.

### *Conclusão*

Por tudo o que ficou dito, pode concluir-se que a obra realizada pelo Gabinete de Heráldica do Exército, nos mantém a tradição de produção de Heráldica de grande qualidade. Iniciada por José de Campos e Sousa, continuada por Paiva Couceiro e Guerreiro Vicente e agora por Pedroso da Silva, esta obra vem ganhando com a distinta personalidade de cada um dos seus directores, enriquecendo o património dos diversos organismos do Exército Português com armas dignas e apropriadas, na construção de um Armorial ímpar de beleza e qualidade, quer no país, quer internacionalmente e que tanto honra as Forças Armadas de Portugal.

